



**MINUTA**

**IN 28 – REVISÃO**

**SEÇÃO II – Das Penalidades**

## **Seção II – Das Penalidades**

**Art. 52A. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, as infrações descritas no artigo anterior serão penalizadas da seguinte forma:**

**I – advertência, para as infrações definidas nos incisos I à V do artigo anterior;**

**II - suspensão de novas averbações para consignações e/ou RMC, pelos seguintes prazos:**

**a) 5 (cinco) dias úteis, para as infrações dos incisos VI à XII e parágrafo único do artigo anterior e reincidência das infrações punidas com a penalidade prevista no inciso anterior deste artigo;**

**b) mínimo de 5 (cinco) dias úteis, até a regularização, para as infrações dos incisos XIII, XIV, XV e XVI do artigo anterior;**

**c) 15 (quinze) dias úteis, para a infração do inciso XVIII do artigo anterior e reincidência das infrações punidas com as penalidades tratadas nas alíneas “a” e “b”;**

**d) 30 (trinta) dias úteis, em caso de reincidência das infrações punidas com a penalidade prevista na alínea “c”.**

### **III - rescisão do acordo de cooperação técnica:**

**a) havendo reincidência das infrações punidas com a penalidade prevista no inciso II, “d”, deste artigo;**

**b) caso a pendência ensejadora da penalidade prevista no inciso II, “b” não seja regularizada no prazo de 30 (trinta) dias corridos;**

**c) em caso de desativação definitiva da Instituição Financeira da plataforma consumidor.gov.br;**

**d) se o prazo médio de resposta às reclamações não se adequar ao prazo de 10 (dez) dias, no prazo de 30 (trinta) dias da suspensão mencionada no inciso II, alínea “b” deste artigo;**

**e) caso não sejam acolhidas as justificativas apresentadas para o não atingimento do índice de solução de que trata o §4º do art. 48, punida com a penalidade prevista no inciso II, “b” deste artigo.**

**§ 1º Se o ato infracional que deu causa à penalidade de suspensão não for regularizado no prazo estabelecido, o recebimento de novas averbações ficará suspenso por tempo indeterminado, até que seja sanada a infração, a critério do INSS, ou até conclusão da análise referente a impugnação apresentada pela instituição financeira.**

**§ 2º Considera-se reincidência a repetição de ato infracional do mesmo tipo, no período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da penalidade aplicada, bem como, a incorrência em 3 (três) tipos de condutas infracionais distintas, no mesmo período.**

**§ 3º Na hipótese de reincidência de que trata o parágrafo anterior, obrigatoriamente, aplicar-se-á a penalidade mais severa, observada a gradação estabelecida nos incisos deste artigo.**

**§ 4º Considera-se prática lesiva ao beneficiário, para os fins previstos nesta Instrução Normativa, a conduta da instituição financeira que, violando preceito normativo, cause dano, de qualquer espécie material ou moral ao beneficiário.**

**§ 5º O INSS poderá, quando cientificado de prática de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem da Autarquia, conforme parágrafo único do art. 50, suspender o recebimento de novas averbações, cautelarmente, até que a instituição financeira apresente elementos conclusivos que justifiquem ou descaracterizem tais atos.**

**§ 6º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição financeira deverá se retratar ou corrigir a informação divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.**



**§ 7º Será proibida a celebração de novo acordo pelo prazo de até 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da penalidade máxima referente a rescisão do ACT.**

**§ 8º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas, no âmbito do INSS, independentemente das que possam ser adotadas, pelo mesmo fato, no âmbito do sistema de autorregulação instituído pela Febraban e pela ABBC ou dos procedimentos instaurados nos órgãos e entidades de proteção e defesa do consumidor.**

## **Hipóteses de aplicação de penalidades de 5 (cinco) dias úteis**

**VI – realizar operações de crédito consignado por correspondente bancário não listado na relação tratada no caput do art. 34;**

**VII – deixar de liberar o valor contratado na forma e prazo indicados nos incisos do art. 31 desta Instrução Normativa;**

**VIII – inviabilizar a quitação antecipada do contrato pelo beneficiário na forma e prazo indicados no art. 18 desta Instrução Normativa;**

## **Hipóteses de aplicação de penalidades de 5 (cinco) dias úteis**

**IX – deixar de apresentar, quando solicitado nos termos do art. 45 desta Instrução Normativa, o contrato que instrumentaliza a operação de crédito ou qualquer outro documento necessário à averbação, ou ainda, esclarecimentos quanto à regularidade da operação ou atendimento a solicitação de órgãos externos;**

**X – deixar de proceder, tempestivamente, à devolução de importâncias cobradas a maior ou em desacordo com o previsto no inciso III do §1º e §2º do art. 49 desta Instrução Normativa, devidamente atualizadas;**

## **Hipóteses de aplicação de penalidades de 5 (cinco) dias úteis**

**XI – deixar de proceder à exclusão dos descontos, descumprido com o que determina o art. 18, §2º e art. 49, § 1º, II desta Instrução Normativa;**

**XII – deixar de responder, tempestivamente, às reclamações registradas pelos beneficiários na plataforma consumidor.gov.br, ou respondê-las de forma não conclusiva ou deixar de apresentar os documentos pertinentes, tratados no Capítulo VI;**

## **Hipóteses de aplicação de penalidades de no mínimo de 5 (cinco) dias úteis**

**XIII – não observar as regras de funcionamento da plataforma consumidor.gov.br que impliquem a desativação temporária ou definitiva do cadastro da instituição financeira, contrariando o disposto no §4º, art. 27;**

**XIV – descumprir as cláusulas do acordo de cooperação técnica, normas ou instruções expedidas pelo INSS, não tratadas especificamente nesta Instrução Normativa, e a legislação em vigor sobre a matéria;**

## **Hipóteses de aplicação de penalidades de no mínimo de 5 (cinco) dias úteis**

**XV – deixar de contratar, anualmente, auditoria (externa/interna) para avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos correspondentes bancários, com inobservância à regra do art. 34, § 3º desta Instrução Normativa;**

**XVI – deixar de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do ACT, previstas no art. 27 desta Instrução Normativa;**

## **Hipóteses de aplicação de penalidades de 15 (quinze) dias úteis**

**XVIII – enviar o comando de averbação para efetuar descontos no benefício previdenciário e/ou efetuar depósito na conta bancária do beneficiário decorrentes de contratação irregular de crédito consignado, não autorizada na forma prevista no art. 9º;**

# Agradecemos a atenção



MINISTÉRIO DO  
TRABALHO E PREVIDÊNCIA

